

(2006), JOSÉ GUILHERME REIS LEITE,
MEMÓRIA HISTÓRICA DA IRMANDADE DE S. PEDRO AD VINCULA.
ANGRA DO HEROÍSMO, IRMANDADE DE S. PEDRO AD VINCULA.

Susana Goulart Costa – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Rua da Mãe de Deus. Apartado 1422. 9501-801 Ponta Delgada Codex.

A 17 de Novembro de 1604, D. Jerónimo Teixeira Cabral, bispo de Angra, aprovava os 44 estatutos da Irmandade de S. Pedro Ad Vincula, sedeada na Sé de Angra. Fundava-se uma instituição que, resistindo a vicissitudes diversas, sobreviveu até à actualidade, celebrando-se em 2006 os seus 402 anos.

É esta organização eclesiástica que hoje merece a nossa atenção, fruto da iniciativa da actual Mesa Administrativa da Irmandade em registar por escrito a memória de um passado que marcou e marca um espaço e um tempo da Diocese de Angra.

O livro *Memória Histórica da Irmandade de S. Pedro Ad Vincula* é um sólido testemunho de 194 páginas sobre esta agremiação, o qual conjuga diversas facetas. Depois da apresentação do actual juiz da Irmandade, Padre Hélder Manuel Fonseca Mendes, José Guilherme Reis Leite, no seu primeiro capítulo com cerca de 40 páginas, caracteriza a associação (objectivos, obrigações e compromissos, culto, governos, bens...) e regista o seu percurso ao longo dos tempos

até à actualidade. No segundo capítulo, o autor realça a capela de São Pedro Ad Vincula e a respectiva administração até à segunda metade do século XIX, época em que esta se extingue por via do novo enquadramento liberal.

A obra contempla ainda duas partes relevantes. Uma compreende um rico apêndice documental, onde podemos aceder aos compromissos firmados em 1604 e a listas de nomes de irmãos, não só dos que compuseram a Mesa da Irmandade, entre 1643 e 2003, e dos irmãos eleitos, no período de 1749 a 1889, mas ainda dos irmãos existentes em 1958 nas várias Ouidorias açorianas. Como vemos, é um registo muito importante para identificar os agentes activos da associação e é um ponto de partida para múltiplas hipóteses de trabalho, designadamente a relação entre os mesários e a sua funcionalidade no quadro orgânico da Diocese e da cidade de Angra até aos nossos dias e o nível de adesão a esta associação nas outras ilhas do arquipélago. Por último, mas não menos importante, a obra apresenta

um núcleo fotográfico com 12 registos (esculturas, pinturas, paramentos...), que permitem um enriquecimento da sensibilidade do leitor, pela visualização de uma arte religiosa cujas mensagens não devem ser esquecidas.

É de louvar, pois, esta iniciativa, por três motivos distintos. Primeiro, pela temática historiográfica aqui divulgada. Na verdade, se o conhecimento da História dos Açores tem conhecido um progresso considerável nas áreas da política, da administração, da sociedade e da economia, fruto do desenvolvimento académico gerado pela e na Universidade dos Açores e em outros sectores e instituições da região, na área da cultura (com excepção da Literatura) urge estudos, nomeadamente sobre questões de índole religiosa, carácter marcante da açorianidade. Neste contexto, o desafio é imenso: a análise da organização diocesana, do Cabido, dos prelados, das paróquias, das misericórdias, das confrarias, do clero e das vivências, sensibilidades e crenças religiosas é um campo de investigação onde quase tudo está por saber.

Segundo, pela escolha do autor da obra. José Guilherme Reis Leite destaca-se no panorama regional pela sua longa e prestimosa intervenção nas áreas da cultura e da política açorianas. Licenciado e Doutorado em História, com inúmeros trabalhos dedicados ao conhecimento do passado

insular, foi e é um activo participante da construção dos Açores modernos, nomeadamente pelas suas responsabilidades como Secretário Regional da Educação e Cultura entre 1976 e 1984; como deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, órgão em que veio a assumir a presidência entre 1984 e 1992; e ainda como deputado da Assembleia da República entre 1992 e 1999, para além da sua habilidade cultural, reconhecida pelas várias associações de que é sócio e que presidiu, nomeadamente o Instituto Açoriano de Cultura e o Instituto Histórico da Ilha Terceira. Em boa hora, pois, a Irmandade de S. Pedro Ad Vincula escolheu o Doutor José Guilherme Reis Leite para este desafio e congratulamo-nos que este tenha aceite dedicar o seu precioso tempo a uma área tão secundarizada no panorama historiográfico regional.

Terceiro, porque este trabalho espelha a relevância da salvaguarda da documentação, permitindo que esta sobreviva às agruras do tempo, de cuja responsabilidade não estão alheios apenas os particulares, mas principalmente os agentes institucionais, de cariz público ou privado. Cabe às instituições, independentemente dos seus caracteres e interesses, manter vivo o seu passado: esta é uma responsabilidade social e moral que deve ser assumida publicamente por todos.

Devemos dar os parabéns à Irmandade de S. Pedro Ad Vincula que tão bem soube preservar a sua (nossa) memória.

A Irmandade de S. Pedro Ad Vincula será, desta forma, um exemplo, pois guardou o seu passado durante mais de 400 anos: se o seu primeiro documento oficial são os já referidos estatutos, formalizados, provavelmente, em obediência à Constituição *Quaecumque* publicada em 1604 pelo Papa Clemente VIII, na prática esta associação já deveria pré-existir, dando resposta a alguns anseios manifestados pelos sacerdotes angrenses.

Esta é a primeira originalidade da Irmandade de S. Pedro Ad Vincula da Sé de Angra: é uma associação de padres que, perante a fragilidade dos laços familiares (justificada essencialmente pelo voto de castidade) tecem com os seus pares laços de caridade e de apoio. Traduz, na verdade, uma estratégia de solidariedade singular. O companheirismo ultrapassa as meras identificações profissionais e alcança a intimidade dos afectos. Nas horas difíceis, os clérigos açorianos poderiam e podem contar com o auxílio dos seus iguais: perante a doença, perante dificuldades financeiras, perante a morte e ainda perante outras situações extraordinárias, como a prisão, os padres recorriam a esta família artificial, suportada por sólidos elos espirituais.

Neste sentido, a Irmandade em apreço apresenta uma componente elitista, na medida em que visava agregar apenas o tecido clerical. Se é certo que eram admitidos irmãos leigos, não só o seu número era muito reduzido (8 homens e 4 mulheres), como a jóia de inscrição destes (4.000 réis) era muito elevada comparativamente à paga pelos sacerdotes (500 réis). Entre os possíveis irmãos seculares, escolhiam-se, pois, os melhores, de acordo com o contexto sociocultural das épocas passadas.

Mas a singularidade desta irmandade não se restringe unicamente a esta composição eclesiástica. Podemos indicar outros factores que merecem destaque, porque comprovam estarmos perante uma confraria *sui generis*. Registemos, a título de exemplo, os seguintes:

- a) a invocação a S. Pedro, quando na época da sua fundação o discurso da Igreja Católica salientava os benefícios das invocações tridentinas (Almas do Purgatório, Nossa Senhora do Rosário e Santíssimo Sacramento) em detrimento das demais;
- b) pela sobrevivência por mais de 400 anos, apesar das oscilações na angariação de irmãos. Vejamos que os 16 irmãos existentes em 1604 passaram a 148 em 1898;

desceram para 24 em 1898, mas cresceram para 160 em 1954, por via do esforço de D. Manuel Afonso de Carvalho que, no ano imediato a ser nomeado bispo da Sé de Angra, faz questão de reformular os estatutos, impedindo a adesão de leigos, mas incentivando a inscrição de clérigos de todo o arquipélago. Em resultado deste esforço, no ano de 2005, a irmandade contava com 145 irmãos em todas as ilhas;

- c) por ser um exemplo perfeito da capacidade de sobreviver ao longo do tempo, atravessando períodos conturbados. O período do Liberalismo foi, neste percurso de resistência, particularmente difícil. As eleições que se faziam anualmente são cada vez mais esporádicas e, em 1829, houve a necessidade de eleger novos mordomo-mor e secretário porque os actuais estavam presos. Só em 1834 é que a Irmandade regulariza a sua actividade, voltando a sofrer novos percalços

aquando da instauração da República, em 1910. Apesar destes óbices, a confraria vivificou, ao contrário de muitas outras associações com um cariz caritativo e religioso semelhante. Aliás, actualmente, a confraria de S. Pedro Ad Vincula é uma Instituição Privada de Solidariedade Social. Apresenta-se, pois, nos nossos dias, como uma instituição sólida que foi capaz, ao contrário de muitas outras, sobreviver às inconstâncias do tempo e às atribulações sociais e políticas.

Congratulamo-nos, pois pela publicação do trabalho de José Guilherme Reis Leite, apadrinhada pela actual Irmandade. A riqueza e a diversidade nele apresentadas são um virtuoso testemunho que contribui para a divulgação da história do arquipélago e, esperamos, se torne um incentivo para que a temática da história religiosa nos Açores seja vivificada.

SUSANA GOULART COSTA